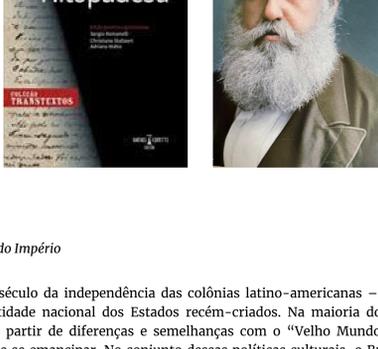


A tradução como diplomacia cultural 11, por Sergio Romanelli

Literatura Italiana Traduzida ISSN 2675-4363 **DOM PEDRO II** **SERGIO ROMANELLI** **TRADUÇÃO** em julho 22, 2022



O Brasil do Segundo Império

O século XIX – século da independência das colônias latino-americanas – é caracterizado pela busca de uma identidade nacional dos Estados recém-criados. Na maioria dos casos, trata-se de definir a “nação” a partir de diferenças e semelhanças com o “Velho Mundo”, do qual os novos Estados acabavam de se emancipar. No conjunto dessas políticas culturais, o Brasil apresenta certas peculiaridades que o tornam particularmente interessante. Ao contrário da América espanhola, no Brasil colonial o desenvolvimento de uma elite cultural “letrada” tinha sido praticamente inexistente e, no momento da independência, o país carecia de universidades e de imprensa. Quando Dom Pedro II chegou ao trono do Brasil, em 1841, todo o trabalho de criação de um capital “letrado” nacional ainda deveria ser feito. Dom Pedro II era um homem apaixonado pelas letras, pelas ciências e pelas artes. Como estadista, ele entendeu a importância de fornecer à jovem nação brasileira um rosto próprio que fosse internacionalmente reconhecido.

Na sua análise da Primeira República, Dumont e Fléchet destacam que a diplomacia cultural brasileira se caracteriza pela sua precocidade, continuidade e pragmatismo, e observam que “o Brasil, de fato, compreendeu bastante cedo que o soft power era uma ferramenta apreciável para uma potência secundária, desejando consolidar sua inserção no cenário internacional e afirmar suas posições econômicas”^[2]. O pragmatismo da diplomacia brasileira baseada na cultura como instrumento de soft power tem suas raízes na época imperial.

No contexto da época, construir uma identidade nacional própria implicava, necessariamente, elaborar uma identidade “letrada” brasileira, e essa tarefa se desenvolveu a partir da incansável e quase obsessiva política cultural do Imperador, centrada na escrita, na tradução e na educação. O Brasil de final do século XIX é um país geográfica e culturalmente afastado do centro do sistema-mundo literário e, para compensar o atraso temporal em relação a outras nações, tanto europeias quanto americanas, precisa recorrer a estratégias aceleradoras, entre elas, à tradução:

Dans ces situations de ‘retard’ spécifique, la traduction est le seul moyen de ‘rattraper’ du temps littéraire. En d’autres termes, elle est un instrument d’ ‘accélération temporelle’: elle permet à l’ensemble d’un champ national très éloigné temporellement des centres d’entrer dans la concurrence littéraire mondiale en lui donnant à connaître l’état des luttes (esthétiques) au méridien littéraire. Elle est alors une arme spécifique d’une très grande efficacité dans la concurrence mondiale^[3].

A diplomacia cultural do Imperador se caracteriza por diversas modalidades de “tradução” – no sentido amplo de Casanova. Assim, os textos elaborados no contexto concreto da preparação da Exposição Universal de Paris em 1889 – o verbete Brésil para a Grande Encyclopédie e o livro Brésil em 1889 – devem ser considerados e estudados como “alegorias nacionais”, que cobram sentido no complexo jogo transnacional de acumulação e consagração de capital cultural de uma jovem nação periférica recentemente emancipada dos vínculos coloniais. Como observa Fredric Jameson, citado por Casanova^[4], os produtos literários das regiões periféricas que ainda carecem de capital simbólico-literário são necessariamente “alegóricos” devido a sua conexão com a política.

A urgência em criar uma cidade letrada nacional – quase inexistente durante o período colonial – para, ao mesmo tempo, conseguir o reconhecimento internacional como nação moderna é a premissa da qual derivam uma série de paradoxos que caracterizam essa fase de transição do Império para a República no Brasil, a saber: diplomata vs. tradutor; letrado vs. Imperador; oralidade vs. escrita; autor vs. receptor. Os paradoxos destacam a importância dos fluxos transatlânticos e das transações político-culturais na elaboração de uma identidade letrada do Brasil durante o Segundo Império, revelando-se o caráter liminar desse período na formação da nação brasileira.

Dom Pedro II, diplomata-tradutor

A obra tradutória do Imperador revela o papel fundamental da tradução como meio estratégico usado por Dom Pedro II para movimentar-se na complexa e pouco acessível rede de letrados e intelectuais europeus e, em parte, norte-americanos.

Susan Pickford observa que “*étudier les traducteurs permet surtout de mettre en lumière la manière dont cette activité s’insère dans un réseau – par définition supranational – de pratiques économiques et culturelles*”^[5]. No seu estudo dos perfis de tradutores em língua francesa do século XIX, Pickford conclui que “*les traducteurs ne sont pas tous égaux devant l’histoire: paradoxalement, ceux qui bénéficient d’une certaine visibilité historique sont principalement ceux pour qui la traduction ne fut qu’une activité annexe*”^[6]. A invisibilidade de Dom Pedro II confirma esse paradoxo: para o Imperador, a atividade tradutória era mais do que um simples “anexo” e, ao contrário, estava inserida na rede supranacional de práticas culturais e políticas do Segundo Império.

As estratégias de acumulação e consagração de capital cultural simbólico de Dom Pedro II tradutor podem ser interpretadas sob o denominador comum da “tradução”. Casanova, que propõe alargar a noção de tradução, considera a tradução “linguística” apenas uma das muitas estratégias possíveis para os “periféricos” lutarem pela legitimidade num sistema-mundo hierarquicamente organizado.

Définir la traduction des auteurs dominés comme une consécration spécifique permet de résoudre toute une série de problèmes engendrés par la croyance dans la symétrie entre les opérations de traduction. Si la traduction peut être décrite comme une opération par laquelle un texte venu d’une contrée démunie littéairement parvient à s’imposer comme littéraire auprès des instances légitimes, on peut alors intégrer à la catégorie “traduction” toute la série des stratégies visant à faciliter le passage de la frontière littéraire: autotraduction, transcription, écriture directe de la langue dominante, transformations lexicales de la langue dominante, double traduction symétrique, etc. La translation linguistique ne serait plus alors que l’une des “traductions” possibles, c’est-à-dire l’une des stratégies linguistico-littéraires développées par les dominés dans leur lutte pour la légitimité^[7].

Dom Pedro II pode ser caracterizado como um “tradutor combativo”^[8], politicamente comprometido com a tarefa de fornecer a seu país um capital simbólico “letrado”. Nessa luta entre forças internacionais pelo capital literário, característica dos nacionalismos modernos^[9], Dom Pedro II participa na sua qualidade de Imperador, figura política anacrônica desde o ponto de vista dos nacionalismos modernos. Esta peculiaridade reforça a ideia da “liminaridade” do Brasil – personificada na figura do Imperador – no contexto da época. Como o próprio Dom Pedro II escreve em seu diário no vigésimo ano de sua coroação:

31 de dezembro de 1861: Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferia a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo^[10].

Letrado/Imperador

De acordo com o contexto descrito acima, Dom Pedro II considerava a criação de uma “cidade letrada brasileira” internacionalmente reconhecida uma tarefa central de seu papel como Imperador. Esse percurso passava necessariamente pela Europa, por Paris, sua capital cultural, fato que justifica o enorme esforço de reconhecimento realizado pelo Imperador e sua elite intelectual na preparação do material para a Exposição Universal de 1889. A Exposição de 1889 em Paris redundou em uma importante produção de textos sobre o Brasil, e o Imperador viajou para Paris antes e durante o evento^[11]. Durante seu longo reinado, Dom Pedro II supervisionou de perto a participação do Brasil nas Exposições e a maneira como o país era apresentado ao mundo. Como Paris simbolizava o centro internacional do poder letrado, os países da América Latina vão se caracterizar, em fase de independência, pela fascinação por esta cidade, polo de atração da elite intelectual americana no final do século XIX. Em seu papel de diplomata cultural, o Imperador vai se apoiar em Paris, polo consagrador e acumulador de capital simbólico letrado, para criar um espaço letrado autônomo brasileiro. Essa estratégia se assemelha ao mecanismo observado por Casanova quando afirma que “*c’est en réalité en s’appuyant sur le pôle autonome du champ mondial et en s’y référant que chaque espace national parvient d’abord à émerger, puis à s’autonomiser*”^[12].

Os diários e as cartas são testemunhos da dedicação cotidiana e quase obsessiva de Dom Pedro II a esse labor. O perfil do Imperador é o de um típico letrado moderno num país de “letrados” sem tradição literária escrita consolidada, que queria avançar para o progresso e para o mundo “civilizado”. Nas cartas e nos telegramas trocados com Rio Branco entre 1889 e 1891, observamos a atenção que Dom Pedro II dá pessoalmente ao verbete Brésil, assim como aos artigos destinados à Grande Encyclopédie. Na carta de 24 de abril de 1889 de Dom Pedro a Rio Branco, naquele momento em Liverpool, tem-se a confirmação de que a ideia da separata Brésil partiu do próprio Imperador. A partir desse momento, a intervenção do Imperador se torna constante e precisa. O monarca quase nem toca em outros assuntos com Rio Branco, nem pessoais, nem políticos; seu objetivo é esse verbete e seu sucesso. Em carta de 26 de abril, o Imperador escreve ao Barão:

O artigo ‘Brésil’ está muito bom. Revi-o e fiz-lhe algumas observações à margem, juntando outras do Melegário, e um trabalho sobre a língua dos Indígenas do Brazil, que eu revivi, foi feito pelo Dr. Seibold, meu mestre de línguas orientaes. Se for possível, mande imprimir 50 exemplares d’esse artigo à parte, no formato melhor, no papel melhor e com encadernação, como sabem fazel-a os inglesez. Ainda uma vez lhe direi que este artigo é bom serviço à nossa patria [...]^[13].

Sabem a atenção, nesse trecho, a ordem para que o livro seja confeccionado “como os ingleses” sabem fazer; ou seja, que fosse impresso conforme os modelos europeus para mostrar o Brasil como uma nação moderna. O controle e a preocupação minuciosos com todo e qualquer aspecto da publicação – não somente com seu conteúdo –, confirma a consciência do Imperador da importância de criar uma imagem nacional letrada do Brasil. O fluxo de intervenções, interpolações, correções, glosas, envio do material por parte do Imperador é constante. O envio de vários telegramas e cartas num reduzido espaço de tempo sugere correções, interpolações e acréscimos. E ainda que o Imperador considere como autores Rio Branco e Levasseur, professor no prestigioso Collège de France, a coautoria de Dom Pedro II é incontestável.

A hibridex de Dom Pedro II – letrado/imperador – é observável na maneira com que ele se autorrepresenta em suas viagens na Europa, onde desejava insistentemente ser visto e aceito como o cidadão e letrado moderno Pedro de Alcântara: sem roupas imperiais, sem insígnias ou uniformes, recorrendo à estética imperial só para reforçar sua autoridade interna no Brasil. O Imperador “brinca” com essa dupla autorrepresentação dependendo da estratégia de acumular capital cultural em certo contexto: às vezes, autorrepresentando-se como Imperador; às vezes, como cidadão moderno e letrado, como bem lembra Eça de Queiroz, citado por Schwarz:

É Eça de Queiroz que em suas Farpas, em fevereiro de 1872, descreve com ironia a atitude desse monarca que, no exterior, ora negava ora afirmava a sua realeza: ‘[...] O Imperador do Brasil, quando esteve entre nós (e mesmo fora de nós), era alternadamente e contraditoriamente – Pedro de Alcântara e D. Pedro II. Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar D. Pedro II – ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro de Alcântara. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos de bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar de Pedro de Alcântara – ele passava a mostrar que era D. Pedro II’^[14].

Oralidade/ Escrita

Outro paradoxo que caracteriza o Brasil imperial nessa fase histórica, refletida na diplomacia cultural do Imperador, surge da dicotomia entre escrita e oralidade. Ángel Rama^[15] mostrou como o domínio da palavra escrita regulava o acesso ao poder político colonial, enquanto que a oralidade era símbolo dos dominados. Ao contrário do que acontece no final do século XIX em outras nações independentes da América Latina (veja-se Sarmiento na Argentina), onde a nação vai ser construída pela exclusão do mundo indígena, no Brasil o compromisso de Dom Pedro com a educação, instrumento da formação nacional, visa a elevar a oralidade indígena para o status letrado. De fato, para completar o verbete Brésil, o Imperador manda para Rio Branco o texto sobre a língua tupi do professor Seybold – orientalista alemão que auxiliava Dom Pedro nos estudos de árabe e de sânscrito – e sobre a língua dos caboclos, material de autoria de Barbosa Rodrigues, então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Com esses dados, Dom Pedro considerava o verbete completo. Ainda manda contribuições sobre caboclos e línguas indígenas do visconde de Taunay – nobre e político letrado do segundo Império – para dar uma ideia dos dialetos:

[...] eram bem sabidos os pendores do monarca pelo assunto, que explorou proficientemente. Revela, de fato, aquele trabalho, estudo acurado da matéria com informação segura das fontes bibliográficas, das modalidades dialectais, da morfologia e etimologia dos vocábulos^[16].

O objetivo é oferecer junto aos franceses a imagem mais realística e completa possível da diversidade do país para que o artigo possa originar, num efeito inovador, mais trabalhos sobre o Brasil. A esse respeito, em carta de 28 de maio de 1889, Dom Pedro II escreve:

Vae mais um trabalho do Taunay sobre os Índios Caingangs com algumas notas minhas. Serve para dar uma ideia dos dialectos dos Caboclos, e pode aproveitá-lo para qualquer edição, se não a primeira, da tiragem a parte do artigo ‘Brésil’. Tenho estre mãos um estudo a respeito da religião, ou antes idas religiosas dos Caboclos. O seu artigo Brésil talvez ainda provoque outros trabalhos que se lhe poderão ir ajuntando.

Ao contrário da narrativa homogeneizadora do nacionalismo europeu da época, o Imperador era consciente da importância de narrativas plurais respeitadas com a heterogeneidade e pluralidade de seu país. Contrariamente a outras nações latino-americanas emergentes naquele período, que procuram uma identidade nacional homogênea segundo o modelo europeu da época, Dom Pedro destaca a heterogeneidade e a diversidade como marca da identidade nacional do Brasil. Na política de ensino, ele não acha possível excluir o tupi, o que o coloca fora dos padrões latino-americanos da época. Rio Branco traz indiretamente uma fala do Imperador acerca dessa questão:

Sobre a utilidade do ensino da língua tupi escreveu o Imperador estas palavras, que os muitos reformadores da instrução pública no Brasil nunca leram: ‘A língua tupi tem para os brasileiros grande importância... o imperador tem mostrado desde muito tempo a vários de seus ministros a vantagem do ensino dessa língua...’^[17]

Dom Pedro II tenta, então, criar uma identidade letrada baseada não somente na escrita de acordo com o cânone ocidental, mas também na oralidade e na tradição indígena brasileira. O gosto do exótico no Atlântico europeu e a fascinação dos cientistas e letrados europeus pelo exotismo do Brasil possibilitam legitimar a aceitação da visão do Dom Pedro II sobre o seu próprio país. Como salientou Leão^[18], na França do século XIX, o gosto do público leitor pelo exotismo brasileiro e a literatura de viagens era um importante motor do comércio transatlântico de livros.

A inclusão do indígena na narrativa nacional, como é exposto no verbete Brésil, representa um preçioso capital histórico ou time capital^[19] para a construção nacional, pois dá à nação brasileira uma ancestralidade que só pode despertar inveja entre as nações europeias:

Ce qu’on peut affirmer, c’est qu’au premier abord tous les indiens du Brésil se ressemblent plus ou moins par leurs caractères physiques et par leurs moeurs. La seule langue indienne véritablement connue au Brésil, grâce aux ouvrages que nous ont laissés les pères Anchieta, Montoya et L. Vigeiera, et récemment, grâce aux travaux de Couto de Magalhães et Almeida Nogueira, est le tupy. Elle est encore parlée par la majorité des Indiens du Brésil [...] Mais au Brésil elle tend à disparaître. Dans tout l’empire il n’y a qu’une chaire de langue tupy, au séminaire du Pará^[20].

Os contatos próximos e a amizade com intelectuais europeus, como Renan ou Gobineau, além de sua proximidade com a obra dos literatos alemães (o Imperador foi tradutor de Schiller, Goethe e leitor de Herder)^[21], explicam que Dom Pedro II estava bem familiarizado com as ideias e teorias do século XIX sobre os nacionalismos e o conceito moderno de “nação”. Ele sabia, portanto, que para construir uma nação, era também necessário construir um passado.

Como citar: ROMANELLI, Sergio. "A tradução como diplomacia cultural", v. 3, n. 2, mai-ago, 2022. Disponível em:

[1] Esse texto é parte da introdução do volume *Hitopadesa*, organizado por Sergio Romanelli, Christiane Stallert e Adriano Mafrá, publicado pela Rafael Copetti Editor, em 2020.

[2] DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anais. “Pelo que é nosso”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n° 67, 2014, p. 216.

[3] CASANOVA, Pascale. *Consécration et accumulation de capital littéraire [La traduction comme échange inégal]*. Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 344, Septembre 2002. Traductions: les échanges littéraires internationaux. p. 13.

[4] “All third-world texts are necessarily, I want to argue, allegorical, and in a very specific way: they are to be read as what I will call national allegories, even when, or perhaps I should say, particularly when their forms develop out of predominantly Western machineries of representation, such as the novel”. CASANOVA, Pascale. *Combative Literatures*. New Left Review, 72, Nov.-Dec. 2011, pp.131-132.

[5] PICKFORD, Susan. *Traducteurs*. In: CHEVREIL, Yves; D’HULST, Lieven; LOMBEZ, Christine. *Histoire des traductions en langue française*. Verdier, 2012, p. 169.

[6] Idem, p. 185.

[7] CASANOVA, Pascale. *Consécration et accumulation de capital littéraire*. Op. cit., p. 15.

[8] CASANOVA, Pascale. *Combative Literatures*. Op. cit., p. 133.

[9] Idem.

[10] ALCÂNTARA, Pedro de. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Organização: Begonha Bodéaga. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, p. 122.

[11] CIZERON, David. *Les représentations du Brésil lors des expositions universelles*. Paris: L’Harmattan, 2009.

[12] CASANOVA, Pascale. *Consécration et accumulation de capital littéraire*. Op. cit., p. 13.

[13] RIO BRANCO, Miguel. *Correspondência entre d. Pedro II e o Barão de Rio Branco (1889 a 1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 52.

[14] SCHWARZ, Lúlia. *Correspondência de Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 363.

[15] RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Prólogo: Carlos Monsiváis. Santiago de Chile: Trilce Editor, 1984/2004.

[16] RIO BRANCO, Miguel. Op. cit., p. 18.

[17] DOM PEDRO II, apud RIO BRANCO, Miguel. Op. cit., p. 18, grifos do autor.

[18] LEÃO, Andréa Borges. *Nós e os franceses*. Gilberto Freyre é prova de Adèle Toussaint-Sanson. *Etnográfica*, v. 18, 2014, pp. 625-647.

[19] CASANOVA, Pascale. *Combative Literatures*. Op. cit.

[20] LA GRANDE ENCYCLOPÉDIE: inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts ([Reprod. en fac-sim.] à partir de la société de savants et de gens de lettres; sous la dir. de MM. Bachelot... Hartwig Derenbourg,... F.-Camille Dreyfus,... A. Gity... [et al.]. 1885-1902. Tome septième, Brésil, Paris: H. Lamirault Et Cie Editeurs, p. 1089.

[21] “Nos arquivos da Biblioteca Nacional, do Museu Imperial e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tem-se a prova da ampla correspondência trocada com as universidades do mundo germânico. Seu interesse pelas ciências é testemunhado pela grande quantidade de títulos recebidos por instituições e academias, em particular alemãs e austríacas. [...] D. Pedro II e sua comitiva visitaram o centro medieval [de Frankfurt], [...] e a casa do mais ilustre filho daquela cidade – Johann Wolfgang von Goethe – que nasceu numa casa modesta em 1749, e naturalmente D. Pedro, que conhecia suas obras, não quis deixar de conhecê-la, na rua – Johser Hirshgraben.” BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. Dom Pedro II na Alemanha: uma amizade tradicional. São Paulo: Editora Senac, 2014, pp. 11-12 e p. 88.

